

NX Gold S.A.

**Demonstrações Financeiras
encerradas em 31 de dezembro de
2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras	12

Relatório da administração

O ano de 2021 ainda foi marcado pelos efeitos da pandemia da COVID-19. Tivemos a partir de março o início da vacinação, que sem dúvida permitiu reduzir de forma significativa o número de casos e a gravidade da situação. Paralelo ao apoio integral a campanha de vacinação, a companhia manteve suas medidas de prevenção: distanciamento social, maior espaço em ônibus e restaurantes, utilização de máscara e álcool gel, testes de funcionários. Ao longo de 2021 a empresa gastou BRL 3 milhões em atividades para mitigar os efeitos da COVID. Ao final do ano, apesar de todas as dificuldades trazidas pela covid – e suas variantes, em particular a omicron, que aumentou o número de contaminações na empresa conseguiu superar suas previsões, e manteve operações normais ao longo de 2021.

Em função de reflexos sentidos ainda em sua cadeia de suprimentos, de forma a assegurar sua cadeia de suprimentos e a manutenção de suas atividades, a empresa manteve sua política de manter em nível mais elevado, os estoques de alguns produtos intermediários de maior consumo. Felizmente, apesar das dificuldades enfrentadas, a empresa pode manter suas operações normais, sem interrupções, atingindo ao final do ano a produção de 1.176 kg de ouro (equivalentes 37.798 oz), superando seu planejamento realizado ao final de 2020.

O ambiente de incertezas trazidas pela pandemia, fez com que as cotações internacionais do ouro mantivessem os níveis de cotações elevados observados em 2020. Os preços médios do ouro em 2021 mantiveram-se em 1.800 comparados aos 1.770 observados em 2020. O contrato assinado com a Umicore em janeiro de 2020 teve continuidade. 100% da produção da empresa foi destinada a esse cliente, representando vendas de 1.193 kg (38.341 onças).

Ao longo do ano, como demonstrado acima, os preços do ouro no mercado internacional mantiveram cotações significativamente elevadas. Apesar das dificuldades operacionais e logísticas trazidas pela pandemia, que de alguma forma ainda foram sentidas em 2021, o preço do ouro, juntamente com as cotações do dólar, permitiu que a empresa superasse suas previsões iniciais em termos de faturamento e geração de caixa, alcançando resultados expressivos.

Com objetivo de permitir melhor recuperação de suas reservas em sua mina subterrânea, a empresa investiu ao longo de 2021 na construção de uma planta de paste fill, para preenchimento da área anteriormente ocupada por realces já lavrados, permitindo a lavra de todas as reservas anteriormente identificadas. Essa planta ficou operacional em março/2022, consumindo investimentos de BRL 18 milhões. Os resultados da operação dessa planta serão observados na operação da empresa ao longo de 2022 e anos futuros.

Ainda em 2021, através de sua controladora Ero Gold foi realizada uma operação de “streaming” através do acordo firmado entre a controladora Ero Gold e a Royal Gold, de 25% do volume de suas reservas de ouro, conforme volumes certificados em seu relatório de recursos e reservas referentes ao ano de 2021. Através dessa operação, a controladora da Companhia recebeu adiantamento no valor total de USD 110 milhões, que serão pagos através da entrega do volume total de 93.000 onças, equivalentes a 25% das reservas certificadas. Os recursos obtidos nessa operação serão utilizados para expansão da capacidade de investimento do grupo Ero, na companhia e em outros ativos considerados estratégicos. A NX Gold efetuará vendas a sua controladora que é responsável pela entrega do produto a Royal Gold.

Em 2021, a empresa continuou sua estratégia de investimentos em geologia, para aumento do volume de seus recursos e reservas. Ao longo de 2021 foram investidos BRL 38,8 milhões e, de acordo com os resultados de seus Padrões de Divulgação do Instrumento Nacional 43-101 para Projetos Minerais atualizados em 2021 (30 de setembro de 2021), o volume de reservas da Companhia atingiu 9.543 kg de ouro (306.8 Oz) e recursos de 11.113 kg de ouro (357.3 Oz). Esses números permitiram estender a vida útil da empresa para 2026. A continuidade do preço do ouro em patamar favorável, levou a empresa a projetar os gastos em geologia para o exercício de 2022, em orçamento aprovado pelo conselho ao final de 2021, em volumes estimados em USD 10 milhões.

A empresa continua atenta as demandas adicionais trazidas pelas variantes da pandemia, cujos efeitos infelizmente se estendem por períodos maiores do que os inicialmente imaginados pelo governo e sociedade em geral. Ao final de 2021, a empresa contava com 99% de seus funcionários com a proteção vacinal completa. Nossas ações atualmente são pautadas por 4 pontos: segurança dos nossos funcionários e prestadores de serviços; continuidade normal de nossas operações; produção com baixo custo de produção e ações para aumento dos volumes de recursos e reservas. E continuamos seguindo nosso planejamento com a execução de ações de mitigação dos riscos, o que tem nos permitido crescer nossas operações mesmo em um cenário bastante adverso.

Agradecemos o apoio dos nossos acionistas, a dedicação e comprometimento de nossos funcionários, e a parceria de nossos fornecedores e de nosso cliente. Com certeza essas ações combinadas nos ajudaram a passar com sucesso por mais um ano atípico e desafiador.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Adminsitradores, Conselheiros e Acionistas da
NX Gold S.A.
Nova Xavantina - MT**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da NX Gold S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NX Gold S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 01 de junho de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/F-7



Hidelbrandó Oliveira de Abreu Filho

Contador CRC BA-029520/O-7

NX Gold S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	125.009	104.148	Fornecedores	13	22.865	12.976
Contas a receber de clientes	8	19.972	12.303	Salários, encargos e contribuições sociais	15	6.947	5.686
Estoques	9	35.842	29.107	Impostos a pagar	16	9.843	13.034
Impostos a recuperar	10	9.447	15.269	Participação nos resultados	17	2.678	2.723
Outros créditos e despesas antecipadas		4.540	1.680	Dividendos e juros sobre o capital próprio	20	23.010	29.101
				Derivativos	28	6.288	-
				Parcelamentos de débitos tributários		-	655
				Outras contas a pagar		161	225
Total do ativo circulante		194.810	162.507	Passivos de arrendamentos	14	10.461	3.975
Não circulante				Total do passivo circulante		82.253	68.375
Investimentos		11	11	Não circulante			
Depósitos judiciais		450	453	Participação nos resultados	17	1.520	1.366
Ativo fiscal diferido	29.c	4.305	3.742	Parcelamentos de débitos tributários		-	1.112
Imobilizado	11	369.457	263.131	Provisão para recuperação ambiental e desmobilização de ativos	18	21.371	19.646
Intangível	12	5.139	318	Provisão para perdas com processos judiciais	19.a	2.399	1.469
				Passivos de Arrendamentos	14	1.848	892
Total do ativo não circulante		379.362	267.655	Derivativos		-	4.356
				Total do passivo não circulante		27.138	28.841
				Patrimônio líquido			
				Capital social	20.a	171.062	171.062
				Lucros acumulados		293.720	161.884
				Total do patrimônio líquido		464.782	332.946
Total do ativo		574.172	430.162	Total do passivo e patrimônio líquido		574.172	430.162

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NX Gold S.A.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	21	367.041	325.710
Custo das vendas	22	<u>(159.145)</u>	<u>(118.643)</u>
Lucro bruto		<u>207.896</u>	<u>207.067</u>
Despesas com vendas	22	(2.792)	(2.152)
Despesas gerais e administrativas	22	(12.883)	(9.579)
Outras receitas	23	1.542	8.982
Outras despesas	23	<u>(5.207)</u>	<u>(10.275)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		<u>188.556</u>	<u>194.043</u>
Receitas financeiras		10.753	11.890
Despesas financeiras		<u>(11.598)</u>	<u>(28.548)</u>
Despesas financeiras líquidas	24	<u>(845)</u>	<u>(16.658)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>187.711</u>	<u>177.385</u>
Imposto de renda e contribuição social Corrente	26.a	(23.778)	(23.496)
Imposto de renda e contribuição social Diferido	26.a	<u>563</u>	<u>1.573</u>
Lucro líquido do exercício		<u>164.496</u>	<u>155.462</u>
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)	27	<u>0,082</u>	<u>0,078</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NX Gold S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	164.496	155.462
Outros resultados abrangentes	<u> </u>	<u> </u>
Resultado abrangente total	<u> </u>	<u> </u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NX Gold S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de Lucros					(Prejuízos)/Lucros acumulados	Total
		Capital social	Legal	Investimentos	Reserva de Lucros	Incentivos fiscais		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>171.062</u>	<u>697</u>	<u>5.593</u>	<u>-</u>	<u>28.078</u>	<u>-</u>	<u>205.430</u>
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	155.462	155.462
Reserva legal	20.b	-	7.773	-	-	-	(7.773)	-
Dividendos	20.b	-	-	-	-	-	(27.947)	(27.947)
Reserva para Investimentos		-	-	83.839	-	-	(83.839)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal - SUDAM		-	-	-	-	35.904	(35.904)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.a	<u>171.062</u>	<u>8.470</u>	<u>89.432</u>	<u>-</u>	<u>63.982</u>	<u>-</u>	<u>332.946</u>
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	164.496	164.496
Reserva legal	20.b	-	8.225	-	-	-	(8.225)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	20.b	-	-	-	-	-	(32.660)	(32.660)
Reserva de Lucro		-	-	-	21.526	-	(21.526)	-
Reserva para Investimentos		-	-	65.372	-	-	(65.372)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal - SUDAM		-	-	-	-	34.964	(34.964)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20.a	<u>171.062</u>	<u>16.695</u>	<u>154.804</u>	<u>21.526</u>	<u>98.946</u>	<u>-</u>	<u>464.782</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NX Gold S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		164.496	155.462
Ajustes para:			
Depreciação, amortização e exaustão	22	47.346	28.541
Baixa de ativo imobilizado	11	264	6.672
Créditos de Pis e Cofins - extemporâneos		-	(6.873)
Provisão para perdas em processos judiciais		929	(756)
Provisão para perdas em estoques		365	(42)
Provisão perda do valor recuperável de ativo imobilizado		-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido		(563)	(1.573)
Imposto de renda e contribuição social corrente		23.778	23.496
Provisão para recuperação ambiental e desmobilização de ativos	18	1.153	1.368
Juros sobre arrendamentos	14	897	475
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		(1.875)	13.704
		<u>236.790</u>	<u>220.474</u>
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(7.669)	(12.184)
Estoques		(4.918)	(4.115)
Impostos a recuperar		(20.508)	(8.985)
Outros créditos e despesas antecipadas		(3.227)	2.654
Depósitos judiciais		2	333
Fornecedores		6.166	(216)
Salários, encargos e contribuições sociais		1.261	1.016
Obrigações tributárias		444	4.315
Bônus a empregados		478	(196)
Outras contas a pagar		(62)	225
Gastos com recuperação ambiental e desmobilização de ativos		(4.400)	(3.061)
		<u>204.357</u>	<u>200.260</u>
Caixa gerado pelas operações		204.357	200.260
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(5.634)	(9.257)
Juros pagos		(1.539)	(1.077)
		<u>197.184</u>	<u>189.926</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado		(133.477)	(74.914)
Adições ao intangível		(97)	-
Resgates de aplicações financeiras		5.807	-
		<u>(127.767)</u>	<u>(74.914)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos com empresa ligada, líquidos		-	7.572
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos e debêntures		-	27.355
Amortização de empréstimos e financiamentos		-	(29.955)
Amortização de Arrendamentos	14	(12.137)	(8.323)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(36.418)	-
Outras receitas/despesas financeiras		-	(7.537)
		<u>(48.555)</u>	<u>(10.888)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento			
Aumento líquida em caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		20.862	104.124
		<u>104.147</u>	<u>23</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro			
		<u>125.009</u>	<u>104.147</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A NX Gold SA (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Surubim, nº 577, conjunto 63, Cidade Monções, São Paulo. A Companhia possui uma filial na cidade de Nova Xavantina, Mato Grosso, onde está localizada a mina subterrânea. Sua atividade predominante é a exploração e comercialização de ouro e prata (subproduto).

A NX Gold possui uma propriedade de aproximadamente 69.025,69 ha em direitos minerários, localizada aproximadamente a 18 quilômetros a oeste da cidade de Nova Xavantina, sudeste do estado de Mato Grosso, consistindo em uma única concessão de lavra, cobrindo uma área de 613,72 ha, onde toda mineração e processamento de ouro ocorrem.

As atividades de exploração nas proximidades da mina estão focadas no veio de Santo Antônio. Em 2021 a companhia deu continuidade ao seu programa de exploração regional, focado no pacote de terras de 31.716 hectares, detido pela NX Gold. Foram sondados 48.588 metros (116 furos em 2021), com investimentos de BRL 60 milhões.

Em agosto de 2021, a RGLD Gold AG, uma subsidiária integral da Royal Gold, Inc., comprou um fluxo de ouro no valor de US\$ 110 milhões na NX Gold em troca de 25% do ouro a ser produzido na NX Gold, até que 93.000 onças de ouro tenham sido entregues, sendo que esse percentual é diminuído para 10% do ouro produzido ao longo da vida útil restante da mina. A RGLD Gold AG fará pagamentos contínuos equivalentes a 20% do preço do ouro à vista prevalecente para cada onça de ouro entregue até que 49.000 onças de ouro sejam recebidas, após o que pagará 40% do preço do ouro à vista prevalecente para cada onça de ouro entregue. A operação foi realizada pela controladora da companhia (“EROGOLD”). A NX Gold efetuará vendas a sua controladora que é responsável pela entrega do produto a Royal Gold.

a. Crise sanitária (COVID-19)

A pandemia de covid teve continuidade ao longo de 2021, apesar de todas as medidas de contenção e isolamento adotadas em todo o mundo. Em março, fruto de um esforço de vários institutos de pesquisa e empresas ao redor do mundo, foi possível iniciar uma campanha de vacinação, que permitiu redução do número de contaminações e mortes ao redor do mundo. Apesar do surgimento de diferentes variantes do vírus original, foi sensível a redução do número de casos graves e mortes em atividades. Em 2021, felizmente, a empresa não enfrentou nenhum óbito decorrente de covid em seus quadros.

Durante o período em que perdura a pandemia, não houve nenhuma perda de produção ou redução das vendas decorrentes do Corona Vírus. Todas as ações têm sido direcionadas baseadas na: garantia da saúde dos funcionários, famílias e comunidade e garantia da produção. Algumas ações para atendimento dessa estratégia demandaram gastos adicionais, porém não representam valores significativos e estão identificados em conta própria na contabilidade. Ao longo de 2021 foram gastos BRL 3,1 milhões com ações para mitigar os riscos e efeitos da COVID.

Apesar do surgimento da variante omicron, que novamente aumento o número de casos ao final de 2021 e no início de 2022, a empresa não teve alterações relevantes nos seus custos de produção de forma relevante para o período subsequentes ao encerramento das demonstrações financeiras. A produção do período não sofreu alterações nem apresentou problemas em relação ao planejamento constante no Orçamento aprovado pelo conselho. O minério lavrado continua vindo da Mina Santo Antônio.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 01 de junho de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, estão apresentadas na nota explicativa 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data base das demonstrações financeiras.

Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relações às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as premissas e estimativas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Companhia. As principais estimativas e premissas contábeis significativas estão mencionadas a seguir.

4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 5** – reconhecimento de receita: o momento de reconhecimento de receita;

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 18** - reconhecimento e mensuração de provisões para recuperação ambiental e desmobilização de ativos: premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota 19** - reconhecimento e mensuração de provisão para perdas com processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de uma saída de recursos; e
- **Nota 26** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

5 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou consistentemente as seguintes políticas contábeis a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, exceto quando de outra forma explicado.

a. Receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente, conforme determina o CPC 47/IFRS15. A Companhia reconhece a receita em um momento específico do tempo.

A receita é reconhecida quando o controle do bem é transferido para o cliente. Como as vendas da Companhia são baseadas no Incoterm de Custo, Seguro e Frete (“CIF”), pelos quais a Companhia responsável pela entrega do bem, a receita é reconhecida no instante em que o Companhia completa sua obrigação de desempenho.

Em alguns casos, o preço de venda é determinado provisoriamente na data da venda, sendo os ajustes subsequentes baseados nos movimentos dos preços cotados de mercado até à data da fixação do preço final. A receita é reconhecida pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber. Desta forma, o valor justo do ajuste final do preço de venda é reavaliado continuamente e as variações no valor justo são reconhecidas como receita de venda na demonstração do resultado.

b. Subvenções governamentais

Os incentivos fiscais são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício e confrontados com a despesa que se pretende compensar, desde que atendidas as condições da IAS (Norma Internacional de Contabilidade) 20 - Subvenção e Assistência governamentais.

(i) Incentivo da SUDAM - Lucro da exploração

Em 11 de dezembro de 2015 a Companhia obteve da SUDAM a prorrogação da redução de 75% para a alíquota do imposto de renda, previamente concedida à sua coligada MINERAÇÃO CARAÍBA S.A. para os exercícios de 2013 a 2022, para a produção de ouro e prata.

c. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incluem: ganhos com derivativos; ganhos com aplicações financeiras; variação cambial sobre importações e outras receitas.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado, através do método da taxa de juros efetiva.

d. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

e. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados de curto prazo são reconhecidos como despesa à medida que o respectivo serviço é prestado. É reconhecido um passivo pelo valor que se espera que seja pago se a Companhia tiver uma obrigação presente, legal ou construtiva, de pagar esse valor em resultado do serviço passado prestado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada com confiabilidade.

f. Impostos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social dos exercícios social corrente e diferido são calculados com base em alíquotas de 15% mais o adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 de imposto de renda e 9% do lucro tributável da contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme explicado na nota e nota 26, a Companhia tem um Incentivo SUDAM sobre o Imposto de renda.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recuperados que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível;

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, incluindo possíveis benefícios fiscais sobre o imposto de renda, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui os custos incorridos na aquisição de insumos, custos de produção e processamento e outros custos incorridos para colocar os estoques em seu local e condição existentes. No caso de estoques de produção e de trabalhos em curso, o custo inclui uma parte apropriada dos gastos gerais de produção com base na capacidade operacional normal.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da depreciação e exaustão acumuladas e eventuais perdas acumuladas do valor recuperável.

O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e implementar as condições necessárias para operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão instalados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

(ii) Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente se for provável que benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluirão para a Companhia.

(iii) Custo de remoção de estéril

Onde as atividades de remoção de estéril na etapa de produção ou de desenvolvimento subterrâneo não resultam em estoque produzido, mas fornece melhor acesso ao corpo de minério, os custos são classificados como propriedades minerais quando essas atividades atendem a todos os seguintes critérios: (1) é provável que o benefício econômico futuro associado à atividade fluirá para a Companhia; (2) a Companhia pode estimar a reserva mineral do corpo de minério para o qual o acesso foi melhorado; e (3) os custos relacionados com a atividade associada a essa reserva mineral pode ser medida de forma confiável.

Para minas subterrâneas, os custos incorridos para acessar uma reserva mineral do corpo do minério são capitalizados para jazidas. Esses custos são exauridos com base em unidades de produção durante a vida útil da reserva mineral para a qual o acesso foi construído.

(iv) Recuperação ambiental e custos de desmobilização

Os custos esperados de recuperação ambiental da mina e os custos de desativação são capitalizados, com base no valor presente das saídas de caixa esperadas.

(v) Propriedades minerais

Os custos de exploração e avaliação são transferidos do Intangível para o Imobilizado quando a exploração e avaliação de um bem mineral é considerada técnica e comercialmente viável, os benefícios econômicos futuros são prováveis e a Companhia tem a intenção e recursos suficientes para completar o desenvolvimento e uso ou vender o ativo. Uma vez em produção, as propriedades minerais são amortizadas com base na unidade de produção em relação ao componente do corpo de minério a que estão relacionadas.

(vi) Depreciação e exaustão

Itens do ativo imobilizado mineral são depreciados pelo método linear no resultado com base na vida útil econômica estimada de cada componente, exceto os custos de recuperação ambiental e de desativação e propriedades minerais. Os terrenos não são depreciados. Os custos de recuperação ambiental e desativação de propriedades minerais são amortizados pela vida útil da mina.

i. Ativos intangíveis

(i) Ativos de exploração e avaliação

Os custos de exploração e avaliação referem-se à pesquisa inicial de um depósito mineral, o custo de aquisição de direito de exploração mineral e subsequente avaliação para determinar o potencial do depósito mineral. A etapa de exploração e avaliação começa quando a Companhia obtém o direito legal ou a licença para iniciar a exploração, subsequentemente as despesas de exploração e avaliação são capitalizadas como ativos de exploração e avaliação. Custos incorridos antes da Companhia obter os direitos legal sobre a mina são despesa dos imediatamente. As despesas de exploração e avaliação são capitalizadas ao custo de aquisição de acordo com a IFRS 6.

Quando a exploração e avaliação de propriedade mineral for considerada técnica e comercialmente viável, os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para completar o desenvolvimento e uso ou vender o ativo, os custos relacionados são transferidos do ativo intangível para o ativo imobilizado como propriedades minerais.

Os ativos de exploração e avaliação são submetidos periodicamente a teste de redução ao valor recuperável.

(ii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e têm vidas úteis finitas são mensurados ao custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. São representados por programas e licenças com uma vida útil aproximada de 5 anos.

j. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos Ativos da Companhia.

Os Ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor.

Ativos financeiros – avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros.

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; e
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; e
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota explicativa 28 para derivativos designados como instrumentos de hedge.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui instrumentos financeiros de VJORA, assim como instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA

A Companhia classificou os ativos financeiros nas categorias de ativos financeiros a VJR e a custo amortizado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos não financeiro

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia (ou seja, estoques e ativos fiscais diferidos) são revistos em cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

No caso de ativos em desenvolvimento (ativos de exploração e avaliação) que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano, próximo à data de apresentação.

A fim de testar o valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa (UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de uma UGC é o maior dentre o seu valor em uso e o valor justo deduzido de despesas de venda. O valor em uso baseia-se nos fluxos de caixa futuros descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo

ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou de uma UGC exceda seu valor recuperável. Perdas de valor são calculadas como a diferença entre o valor contábil de um ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. Perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma provisão. Quando a Companhia considera que não há perspectivas realistas de recuperação do ativo, os valores relativos são baixados. Se o valor da perda por redução ao valor recuperável diminuir posteriormente e a diminuição puder ser relacionada com objetividade a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, então a perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida é revertida por meio do resultado.

I. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(i) Participação nos resultados

Reconhecido no balanço patrimonial pelo montante calculado da exigibilidade quando a Companhia gera certas metas predefinidas que são atingidas.

(ii) Recuperação ambiental e desmobilização de ativos

Obrigação constituída a partir de laudo técnico preparado por um terceiro avaliador considerando o valor presente dos custos a serem incorridos para desmobilização da mina. A contrapartida dessa obrigação é um ativo imobilizado que vem sendo amortizado de acordo com a exaustão das reservas minerais existentes.

(iii) Perdas com processos judiciais

Provisão reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presumida ou legal que possa ser estimada de modo confiável em decorrência de evento passado, e é provável que um dispêndio financeiro seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. Uma provisão para perdas com processos judiciais é registrada mediante a avaliação e quantificação de ações judiciais cuja perda seja considerada provável na opinião da Administração e de seus advogados.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

(i) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme

apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

(ii) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 65
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).66
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Saldos bancários	1.250	535
Aplicações de curto prazo (a)	123.759	103.613
	125.009	104.148

- (a) Referem-se a certificados de depósito, remunerados a taxas que variam entre 75% e 118% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), de alta liquidez, com vencimento de até três meses ou para os quais não há penalidades ou outras restrições para resgate antecipado ou mudanças significativas de valor.

A elevação do caixa em 2021 ocorreu pelo aumento no preço do ouro (1,7%) e do câmbio (4,6%), tendo a produção também ficado acima em 2,6% comparados com o ano de 2020. A quantidade de ouro vendida em 2021 superou o volume de 2020 com variação de 6,9%.

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros está divulgada na nota explicativa nº 28.

8 Contas a receber de clientes

	2021	2020
Coimpa Industrial Ltda	19.972	12.301
Outras contas a receber	<u>-</u>	<u>2</u>
	<u>19.972</u>	<u>12.303</u>

A NX Gold, concentra o seu contas a receber em um único cliente, a COIMPA Industrial Ltda. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 100% das duas últimas vendas em aberto no contas a receber, com vencimento em janeiro de 2022. Em 2020 havia apenas uma venda em aberto.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a transações e outros recebíveis encontra-se divulgada na Nota Explicativa 28.b.

Nenhuma provisão para perdas de crédito esperadas foi constituída em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Nesta análise a Companhia realizou análises específicas de risco para os clientes individualmente, e as garantias fornecidas por essas empresas, o que resultou em perdas de créditos imateriais.

9 Estoques

	2021	2020
Produtos acabados	4.964	5.523
Insumos de produção (a)	30.686	23.570
Importação em andamento	<u>192</u>	<u>14</u>
	35.842	29.107

- (a) Devido ao cenário atual causado pela pandemia, a Companhia optou por aumentar o saldo dos estoques. Alguns dos itens que tiveram seu saldo aumentado, são itens críticos para produção e a sua possível falta pode causar impactos no processo produtivo e todos eles tiveram oscilação devido ao aumento do dólar.

A provisão para redução ao valor recuperável representa insumos de produção e/ou de baixa movimentação na base de apresentação destas demonstrações financeiras, conforme abaixo:

(-) Provisão para redução ao valor recuperável	2021	2020
Saldo inicial	(1.775)	(1.817)
Adições	(481)	(81)
Baixas	<u>116</u>	<u>123</u>
Saldo final	<u>(2.140)</u>	<u>(1.775)</u>

10 Impostos a recuperar

	2021	2020
PIS a recuperar (a)	1.397	2.344
COFINS a recuperar (a)	4.925	9.970
IRRF sobre aplicação financeira	1.336	100
ICMS a recuperar	639	777
IRPJ a recuperar	459	807
CSLL a recuperar	-	358
IPI a recuperar (a)	393	913
Outros	298	-
	<u>9.447</u>	<u>15.269</u>

- (a) Por realizar suas vendas na Zona Franca de Manaus, onde não há incidência das contribuições de PIS e COFINS, a Companhia acumula créditos trimestralmente de PIS e COFINS que são realizáveis, por meio de compensação com outros impostos federais ou reembolso. Esses créditos são provenientes das aquisições de insumos e serviços ligados diretamente a produção.

a. Créditos tributários

Em 2020, a Companhia realizou levantamento de oportunidades de economia tributária, com foco na oportunidade em documentos fiscais de aquisição, nas despesas incorridas, nas apurações e obrigações acessórias, além das demonstrações e documentos contábeis, relativos ao controle de créditos de débitos do Pis e da COFINS da companhia, em conjunto com uma análise detalhada do processo produtivo, com o propósito de apontar eventuais despesas que, à luz da legislação federal, LEI N° 10.637/2002 e Lei n° 10.833/2003, empregando-se também dos conceitos trazidos recentes julgados dos Tribunais Regionais Federais e superiores, das decisões exaradas pelo CARF e dos posicionamentos da RFB e da PGFN, que poderiam ter créditos apropriados relativos as contribuições em questão.

A revisão compreendeu o período de janeiro/2016 a novembro/2020, em novembro/2020 a companhia registrou os seguintes créditos tributários: PIS R\$ 1.226 e COFINS R\$ 5.647.

Em 2021 não houve oportunidades de economia tributária nesse âmbito.

Revisão Fiscal 2020	2021	2020
PIS	-	1.226
COFINS	-	5.647
	<u>-</u>	<u>6.873</u>

b. Utilização dos créditos tributários

A Companhia realizou a análise de recuperação dos créditos tributários e classificou os créditos em curto com a expectativa de realização. Os créditos tributários descritos na nota (a) acima, foram realizados mediante a compensação com impostos federais.

11 Imobilizado

a. Conciliação dos valores contábeis

	Terrenos	Edificações	Equipamentos	Jazidas	Recuperação ambiental e desmobilização	Projetos em andamento	Ativo de direito de uso	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.309	57.770	33.103	108.850	13.976	966	5.491	118	222.583
Custos	2.309	67.252	58.170	179.499	16.483	966	12.016	2.012	338.707
Depreciação acumulada	-	(9.482)	(25.067)	(70.649)	(2.507)	-	(6.525)	(1.894)	(116.124)
Adições	-	-	4.316	34.778	-	29.652	7.095	3.746	79.587
Alienações	-	(1.441)	(1.815)	-	(2.391)	(411)	(634)	-	(6.692)
Transferências	-	85	3.472	11.164	-	(14.997)	-	-	(276)
Depreciação	-	(3.048)	(6.794)	(12.829)	(2.204)	-	(7.196)	-	(32.071)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.309	53.366	32.282	141.963	9.381	15.210	4.756	3.864	263.131
Custos	2.309	65.896	64.143	225.441	14.092	15.210	18.477	5.758	411.326
Depreciação acumulada	-	(12.530)	(31.861)	(83.478)	(4.711)	-	(13.721)	(1.894)	(148.195)
Adições	-	-	5.249	40.902	5.557	91.552	19.092	2.715	165.067
Alienações	-	-	(288)	-	(585)	(3.215)	(386)	-	(4.474)
Transferências	-	5.955	5.556	38.817	-	(50.568)	-	(4.590)	(4.830)
Depreciação	-	(2.994)	(6.402)	(27.165)	(1.466)	-	(11.410)	-	(49.437)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.309	56.327	36.397	194.517	12.887	52.979	12.052	1.989	369.457
Custos	2.309	71.851	74.660	305.160	19.064	52.979	37.183	3.883	567.089
Depreciação acumulada	-	(15.524)	(38.263)	(110.643)	(6.177)	-	(25.131)	(1.894)	(197.632)

Projetos em andamento são projetos para melhoria de processos operacionais e administrativos. Após a conclusão, os saldos são reclassificados para as contas apropriadas do imobilizado e depreciados ou amortizados com base na vida útil esperada de cada projeto.

A seguir, apresentamos a descrição dos principais projetos em andamento:

- (i) O projeto "Planta de Past Fill" com previsão de finalização no primeiro trimestre de 2022.
- (ii) O projeto "Sistema de bombeamento da mina" com previsão de finalização no primeiro semestre e 2022.

a. **Revisão da vida útil**

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às demonstrações contábeis como um todo, a Companhia avaliou a vida útil-econômica desses ativos e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2021.

Abaixo, o quadro demonstra quais as vidas úteis que serão adotadas pela Companhia: a partir de 2021:

	Anos (2020)	Anos (2021)
Edifícios	22	25
Instalações	7	10
Equipamentos	4-5	4-10
Propriedades minerais	Unidades de produção	Unidades de produção
Recuperação ambiental e desmobilização	6 anos	6 anos

(i) Contratos de arrendamento

O imobilizado inclui ativos de direito de uso no valor de R\$ 12.052 mil (R\$ 4.756 mil em 2020) relacionados a imóveis e equipamentos arrendados que são apresentados como ativo imobilizado.

	Edificações	Equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	36	5.455	5.491
Adições a ativos de direito de uso	32	7.063	7.095
Despesa de depreciação do exercício	(42)	(7.154)	(7.196)
Desreconhecimento de ativos de direito de uso (a)	-	(634)	(634)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	26	4.730	4.756
Adições a ativos de direito de uso (b)	258	18.834	19.092
Despesa de depreciação do exercício	(64)	(11.346)	(11.410)
Desreconhecimento de ativos de direito de uso (a)	-	(386)	(386)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	220	11.832	12.052

(a) O desreconhecimento dos ativos de direito de uso durante 2021 se referem principalmente a rescisão de contratos, ocasionados pela mudança de algum procedimento interno na operação, o qual inviabilizou a continuação do uso.

(b) A inclusão de sete novos contratos de máquinas e equipamentos de grande porte, onde seis são para atender as necessidades operacionais da Mina e da Planta de Beneficiamento. Dentre estes, dois contratos foram substituições, três foram inclusões por superarem os doze meses e dois foram novas contratações. Houve também a substituição da locação do imóvel residencial, totalizando 8 novos contratos, fazendo com que os valores do ativo tivessem um aumento no ano de 2021.

(ii) São considerados arrendamentos de curto prazo aqueles com duração inferior a 1 ano. Ativos de baixo valor são aqueles avaliados em menos de R\$ 5.000.

12 Ativos Intangíveis

Os Ativos intangíveis referem-se, principalmente, a aquisição de software e direitos minerários. Quando os projetos se tornam viáveis, o valor correspondente é transferido para o ativo imobilizado como Propriedades Minerais.

	Programas e Licenças	Direitos Minerários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	24	-	24
Adições	29	-	29
Transferências	276	-	276
Amortização	(11)	-	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	318	-	318
Custos	573	-	573
Amortização acumulada	(255)	-	(255)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	318	-	318
Adições	97	-	97
Transferências	355	4.474	4.829
Amortização	(105)	-	(105)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	665	4.474	5.139
Custos	1.025	4.474	5.499
Amortização acumulada	(360)	-	(360)

Em 2021 a Companhia, através de Leilão Eletrônico (4º Edital de Disponibilidade de Áreas ANM), arrematou o processo 866559/2015 no valor R\$ 4.930. A última etapa do 4º Edital de Áreas em disponibilidade da ANM foi encerrada e o resultado foi divulgado no SOPLÉ dia 09 de setembro de 2021. A publicação da homologação e adjudicação ocorreu no dia 29/out/2021.

13 Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores nacionais (a)	22.865	12.965
Fornecedores no exterior	-	11
	<u>22.865</u>	<u>12.976</u>

- (a) Em dezembro de 2021, houve a renovação de seguros (Riscos Nomeados) elevando o saldo da conta de fornecedores. Outro ponto que contribui para o aumento foram as renovações contratuais de alguns dos nossos principais prestadores de serviços (Servitec 9% e July Quartzo 21% - Reajustado após 02 anos de contrato).

14 Passivo de arrendamento

	2021	2020
Saldo inicial	4.867	5.636
Novos contratos	19.092	7.095
Pagamentos	(12.137)	(7.689)
Juros Financeiros(a)	897	475
Baixa ou encerramento	(410)	(650)
Saldo final	<u>12.309</u>	<u>4.867</u>

Vencimento	2021	2020
1 - 12 meses	10.461	3.975
1 - 2 anos	1.836	773
2 - 5 anos	12	119
Total	<u>12.309</u>	<u>4.867</u>

(a) Para cálculo dos juros sobre arrendamento de novos contratos foi utilizada a taxa de 0,73% ao mês.

15 Salários, encargos e contribuições sociais

	2021	2020
Provisão para férias	3.053	2.430
Impostos sobre a folha de pagamento	2.504	2.028
Outros	<u>1.390</u>	<u>1.228</u>
	<u>6.947</u>	<u>5.686</u>

16 Impostos a pagar

	2021	2020
ICMS	1.495	1.075
IRRF sobre o salário dos empregados	409	314
CFEM	644	1.063
Imposto de renda a pagar	1.876	3.750
Contribuição social a pagar	3.482	6.023
Outros	<u>1.937</u>	<u>809</u>
	<u>9.843</u>	<u>13.034</u>

17 Participação nos resultados

A Companhia mantém um plano de participação nos resultados, que é pago a gestores e funcionários mediante alcance de metas preestabelecidas que são definidas com base na aprovação do orçamento pelo conselho de administração, o qual é validado junto ao Sindicato. Também como forma de beneficiar o seu colaborador, a Companhia fez adiantamento desse benefício no ano corrente. O quadro a seguir demonstra a movimentação do benefício complementar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	5.389	4.284
Constituição da provisão do ano	7.322	4.210
Valores pagos referentes ao ano anterior	(6.844)	(3.105)
Adiantamento de PLR no ano corrente	<u>(1.669)</u>	<u>(1.300)</u>
Saldos em 31 de dezembro	<u><u>4.198</u></u>	<u><u>4.089</u></u>
Circulante	2.678	2.723
Não circulante	1.520	1.366

18 Provisão para recuperação ambiental e desmobilização de ativos

A Companhia constitui provisão para recuperação ambiental e desmobilização de ativos com base em laudos de avaliação preparados por terceiros. O último estudo foi realizado em 2020. A cada três anos a Companhia realiza o estudo de fechamento de mina através de empresa especializada.

Em 2021, a Companhia realizou pagamentos para atendimento do plano de fechamento de mina no montante de BRL 4,4 milhões.

	Taxa de desconto	Saldo em 01/01/2021	Diminuição de Provisão	Atualização Monetária Taxa desconto	Despesa com recuperaçã o ambiental	Saldo em 31/12/2021
Projetos	5,85%	<u>19.646</u>	<u>4.972</u>	<u>1.153</u>	<u>(4.400)</u>	<u>21.371</u>
		<u><u>19.646</u></u>	<u><u>4.972</u></u>	<u><u>1.153</u></u>	<u><u>(4.400)</u></u>	<u><u>30.171</u></u>
	Taxa de desconto	Saldo em 01/01/2020	Diminuição de Provisão	Atualização Monetária Taxa desconto	Despesa com recuperaçã o ambiental	Saldo em 31/12/2020
Projetos	6,26 %	<u>23.729</u>	<u>(2.390)</u>	<u>1.367</u>	<u>(3.060)</u>	<u>19.646</u>
		<u><u>23.729</u></u>	<u><u>(2.390)</u></u>	<u><u>1.367</u></u>	<u><u>(3.060)</u></u>	<u><u>19.646</u></u>

A provisão refere-se a custos relacionados ao fechamento da mina e recuperação, com a conclusão das atividades de mineração e desmobilização de ativos relacionados à mina. Quando a provisão é reconhecida, o custo correspondente é capitalizado como parte do imobilizado e é depreciado da mesma forma sobre o ativo relacionado e contabilizado na demonstração do resultado.

O passivo exigível a longo prazo é mensurado posteriormente com o uso de uma taxa de desconto livre de risco a longo prazo aplicável ao passivo e contabilizado na demonstração do resultado como despesas financeiras até que a Companhia efetue os pagamentos relacionados ao fechamento da mina e à desmobilização dos ativos de mineração.

Os valores acumulados dessas obrigações não são deduzidos dos custos prováveis cobertos por seguros ou indenizações.

19 Provisão para perdas com processos judiciais

a. Riscos provisionados

Com base em uma análise individual dos processos administrativos e judiciais contra a Companhia, são mantidas provisões no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 2.399 (R\$ 1.469 em 2020), para riscos com perdas trabalhistas, consideradas como prováveis, na avaliação dos seus assessores jurídicos externos.

Natureza: Trabalhista	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	1.469	2.225
Adições	1.105	713
Reversões	(175)	(1.469)
	<u>2.399</u>	<u>1.469</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>2.399</u>	<u>1.469</u>

b. Riscos não provisionados

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, existem outros processos em andamento, para os quais, em consonância com as práticas contábeis, não foram constituídas provisões, já que a probabilidade de perda fora classificada como possível, conforme segue:

Natureza	2021	2020
Cível	990	891
Trabalhista	-	1.038
	<u>990</u>	<u>1.929</u>

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 29 de maio de 2020, a ERO Gold Corporation adquiriu 1.956.913.440 ações das respectivas Companhias: Mineração Caraíba 96,63% e ERO Coper Corporation 0,94%, obtendo o controle da Companhia NX Gold com 97,57% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital subscrito e integralizado era de R\$ 171.062 composto por 2.005.715.350 ações nominativas, sem valor nominal, conforme demonstrado abaixo:

	2021		2020	
	Quantidade de ações ordinárias	%	Quantidade de ações ordinárias	%
Tugalla B.V.	19.091.750	0,95	19.091.750	0,95
Branford Participações	19.091.750	0,95	19.091.750	0,95
Ero Gold Corporation	1.956.913.440	97,57	1.956.913.440	97,57
Outros	10.618.410	0,53	10.618.410	0,53
	2.005.715.350	100	2.005.715.350	100

b. Reservas de lucro

Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Incentivos fiscais

Em 11 de dezembro de 2015 a Companhia obteve da SUDAM a prorrogação da redução de 75% na alíquota do imposto de renda relativa aos exercícios de 2013 a 2022, para a produção de ouro e prata.

Esse incentivo fiscal é reconhecido em conta específica no resultado, e após o encerramento do exercício, o incentivo é destinado à constituição de reserva de incentivos fiscais, conforme previsto na legislação societária. Durante o exercício de 2021 o montante do incentivo fiscal foi de R\$ 34.964 (R\$ 35.904 em 2020), conforme demonstrado abaixo:

Exercícios

Acumulado de anos anteriores	28.077
2020	35.904
2021	34.964
	98.945

Reserva de expansão

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para novos projetos relacionados a novas minas, conforme proposta no orçamento previamente aprovado pelo controlador.

Exercícios

Acumulado de anos anteriores	5.593
2020	83.839
2021	66.709
	156.141

Reserva de Lucros a distribuir

Com base na Lei 6.404/76 e de acordo com estatuto social da Companhia, foram registrado distribuição de dividendos mínimos e constituição das reservas legal e estatutária, atingindo o limite legal das reservas. Motivo pelo qual houve excedente de lucro para que ficou à disposição da assembleia geral.

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório de 25% calculado sobre o lucro líquido anual ajustado de acordo com a Legislação Societária.

Em 31 de dezembro de 2021 os dividendos foram calculados conforme segue:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	164.496	155.462
(-) Incentivo IR red. 75%	<u>(34.964)</u>	<u>(35.904)</u>
Lucro base para dividendos e reservas	129.532	119.558
(-) Reserva legal (5%)	<u>(8.225)</u>	<u>(7.773)</u>
Base de cálculo para cálculo dos dividendos	<u>121.307</u>	<u>111.785</u>
Dividendos propostos (25%)	<u><u>30.327</u></u>	<u><u>27.946</u></u>

21 Receita operacional líquida

	2021	2020
Venda de ouro e prata	372.630	330.670
(-) Impostos sobre vendas	<u>(5.589)</u>	<u>(4.960)</u>
Total de receita operacional líquida	<u><u>367.041</u></u>	<u><u>325.710</u></u>

A variação da receita em 2021 ocorreu devido a dois fatores: o câmbio com elevação de 4,6% e a quantidade de ouro vendida com aumento de 6,9%, comparados com o ano de 2020.

As receitas estão sujeitas ao CFEM, pelas alíquotas vigentes na legislação específica para cada imposto e são registradas como redução da receita operacional bruta. Esses tributos são incluídos na receita operacional bruta e apresentados como uma dedução separada para fins de divulgação para reconciliar a receita líquida reconhecida na demonstração do resultado.

22 Custo e despesas operacionais

Custo das vendas	2021	2020
Materiais	(24.116)	(19.549)
Pessoal	(34.030)	(28.166)
Depreciação, amortização e exaustão	(47.346)	(28.541)
Serviços de terceiros	(43.302)	(30.366)
Outros custos	<u>(10.351)</u>	<u>(12.021)</u>
	<u>(159.145)</u>	<u>(118.643)</u>
Despesas de vendas	2021	2020
Transporte	<u>(2.792)</u>	<u>(2.152)</u>
	<u>(2.792)</u>	<u>(2.152)</u>
Despesas gerais e administrativas	2021	2020
Materiais	(180)	(118)
Pessoal	(5.748)	(4.226)
Serviços de terceiros	(5.699)	(4.630)
Outras despesas	<u>(1.256)</u>	<u>(605)</u>
	<u>(12.883)</u>	<u>(9.579)</u>
Total de custos e despesas operacionais	2021	2020
Materiais	(24.296)	(19.667)
Pessoal	(39.778)	(32.392)
Depreciação e amortização (a)	(47.346)	(28.541)
Serviços de terceiros (b)	(49.001)	(34.996)
Transporte	(2.792)	(2.152)
Outros custos e despesas	<u>(11.607)</u>	<u>(12.626)</u>
	<u>(174.820)</u>	<u>(130.374)</u>

(a) Essa variação se deve tanto a adição de novas reservas quanto aos investimentos realizados no desenvolvimento da mina, pois ambos os fatores contribuíram para que o valor da exaustão fosse de R\$ 12.829,00 em 2020, para R\$ 27.165,00 em 2021.

(b) Para o aumento da produção e cumprimento da meta estabelecida, alguns gastos com serviços de terceiros tiveram seus valores elevados como é o caso principalmente dos contratos de Perfuração e Desmonte, Obras Cíveis e de Locação de Equipamentos.

23 Outras receitas e despesas

	2021	2020
Venda de sucata	45	19
Reversão de processos judiciais	175	1.434
Reversão de perdas de materiais	116	123
Outras receitas operacionais (c)	<u>1.206</u>	<u>7.406</u>
Outras receitas	<u>1.542</u>	<u>8.982</u>
Provisão para perdas em processos judiciais (a)	(1.105)	(678)
Perda com processos judiciais	(207)	(1.611)
Perda na Venda Itens de Imobilizado	4	(743)
Perda na baixa de inventário do imobilizado (b)	(23)	(2.485)
Provisão para perdas materiais	(481)	(81)
Despesa Tributária	(149)	(71)
Gastos relacionados com a COVID-19	(3.112)	(2.760)
Outras despesas Operacionais	<u>(134)</u>	<u>(1.846)</u>
Outras despesas	<u>(5.207)</u>	<u>(10.275)</u>
Outras receitas e despesas	<u>(3.665)</u>	<u>(1.293)</u>

- (a) A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cujo risco de perda é provável conforme avaliação de nossos consultores jurídicos.
- (b) Esta despesa refere-se as baixas dos imobilizados registrados em dezembro após relatório emitido pela empresa contratada para realizar o inventário do ativo imobilizado
- (c) O grupo de recuperação de despesa é formado pelas seguintes naturezas:

Abertura do grupo outras receitas operacionais	2021	2020
Créditos PIS/ Cofins (i)(ii)	723	6.873
Outros	<u>483</u>	<u>533</u>
Total	<u>1.206</u>	<u>7.406</u>

- (i) 2020 - A Companhia procedeu com o levantamento de créditos extemporâneos de PIS/COFINS períodos 2016 a 2020 referentes a contratação de serviços relacionados a atividade fim da Companhia, conforme explicado na nota explicativa 10.a.
- (ii) 2021 - A Companhia procedeu com o levantamento de créditos de PIS/COFINS sobre a exaustão do ano corrente.

24 Receitas e despesas financeiras

	2021	2020
Lucros de investimentos financeiros	5.807	606
Variação cambial na importação e outros	2	81
Receita de <i>hedge</i> cambial	4.856	11.071
Outras receitas	<u>88</u>	<u>132</u>
Total das receitas financeiras	<u>10.753</u>	<u>11.890</u>
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(976)
Despesas de <i>hedge</i> cambial	(6.787)	(24.253)
Variação cambial sobre importação e outros itens	(15)	(148)
Variação monetária ARO	(1.153)	(1.368)
Comissão conta garantida	(439)	(1.021)
Despesas com juros sobre arrendamento	(897)	(460)
Juros parcelamento tributos	(194)	(57)
Juros obrigações tributárias/fiscais (a)	(1.881)	(166)
Outras despesas	<u>(232)</u>	<u>(99)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(11.598)</u>	<u>(28.548)</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(845)</u>	<u>(16.658)</u>

a) Pagamentos de juros sobre débitos em aberto referentes às compensações de estimativas não reconhecidas (DCTF e Dcomps de 2015 a 2018 – IRPJ/CSLL).

Operações com instrumentos derivativos.

A companhia conta com instrumentos de hedge do tipo NDF para proteção contra oscilação do dólar para o primeiro trimestre de 2022. Essa proteção está atrelada às vendas em moeda estrangeira, de forma a neutralizar os impactos causados pela variação cambial, sem haver grandes desvios das projeções orçamentárias, dando maior segurança sobre o seu cumprimento. Em 31/12/2021 a companhia possuía um notional de USD 6 milhões com taxa futuro travada em 4,5700 e com vencimentos mensais, sendo o primeiro dia útil de cada mês. Durante o ano de 2021, não houve liquidações de operações de hedge.

Seguindo as normas contábeis de marcação dessas operações a mercado, por metodologia aplicável a valor justo, mensalmente as operações são corrigidas registrando variações de ganhos e de perdas conforme os índices de mercado (curva futura do USD e juros). Dado que o dólar sofreu grandes oscilações durante o ano de 2021, tendo sua máxima em 5,7925, a companhia registrou uma despesa líquida financeira de R\$ 1,9 milhões na marcação dos valores das operações de hedge. Essas oscilações não possuem efeito caixa, apenas terão efeito caixa no momento de sua liquidação, conforme a marcação da data de seu vencimento.

O resultado com instrumentos financeiros derivativos demonstra todas as operações dessa natureza realizadas durante o exercício, incluindo ajustes de marcação a mercado (MTM) de operações não liquidadas.

25 Transações com partes relacionadas

A Companhia considera como partes relacionadas os acionistas, empresas relacionadas, diretores e administradores e suas famílias.

a. Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía saldos em aberto na data-base das demonstrações financeiras. Em 2020 havia saldo proveniente, basicamente, de transações com a empresa ligada Mineração Caraíba S.A., conforme segue:

	2021	2020
Contas a pagar		
Mineração Caraíba S.A. (a)	161	225
Despesas Administrativas		
Mineração Caraíba S.A. (a)	(1.817)	

(a) Refere-se ao saldo a pagar de serviço compartilhado à empresa de mesmo grupo econômico Mineração Caraíba S.A.

a. Remuneração dos administradores

Não houve remuneração para conselheiros e diretores durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. A remuneração, bem como outros benefícios concedidos, é paga pela coligada Mineração Caraíba S.A., uma vez que a administração é comum a ambas as Companhias.

26 Imposto de renda e contribuição social

a. Despesa de imposto de renda

Composição da despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício

	2021	2020
IR e CS Corrente	(23.778)	(23.495)
IR e CS Diferidos	563	1.572
	<u>(23.215)</u>	<u>(21.923)</u>

b. Conciliação da taxa efetiva

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado antes de impostos	187.711	177.385
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto calculado pela alíquota fiscal combinada	<u>(63.822)</u>	<u>(60.311)</u>
Adições permanentes		
Eventos	(99)	(94)
Brindes e doações	(64)	(51)
Multas e taxas	(50)	(29)
Outras adições	<u>-</u>	<u>(3)</u>
	(213)	(177)
Exclusões permanentes		
Juros sobre capital próprio	5.259	-
Incentivos fiscais	35.246	39.490
IR diferido constituído de anos anteriores	<u>315</u>	<u>(925)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(23.215)	(21.923)
Alíquota efetiva	12%	12%

c. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que for provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A Companhia possui o benefício SUDAM que reduz o percentual do imposto de renda em 75%. Assim, para determinação dos tributos diferidos, a alíquota do IRPJ passa a ser de 6,25%.

(i) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de compensação são os seguintes:

	2021	2020
Ativo de imposto diferido	10.439	7.256
Passivo de imposto diferido	(6.134)	(3.514)
Imposto diferido, líquido	<u>4.305</u>	<u>3.742</u>

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Empresa.

	2021	2020
Ativo		
Provisão bônus	683	842
Depr. Bens arrendados	3.596	1.896
ARO Correção Monetária	1.219	1.043
Demais diferenças temporárias	4.941	3.475
	10.439	7.256
Passivo		
Diferença temporária receita variação Cambial competência	(2.472)	(1.731)
Depreciação - Diferença Taxa Contábil e Fiscal	(113)	-
Pagamento arrendamento Mercantil IRFS 16	(3.549)	(1.783)
	(6.134)	(3.514)
 Imposto de renda e contribuição social diferido ativo, líquido	4.305	3.742

(ii) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação no resultado dos impostos diferidos é a seguinte:

	2021	2020
Com efeitos no resultado		
Provisão bônus	767	(84)
Depr. Bens arrendados	2.560	1.035
ARO Correção Monetária	1.011	208
Diferença temporária Receita Variação Cambial Competência	(771)	(1.729)
Pagamento Parcela arrendamento Mercantil	(2.493)	(1.056)
Demais diferenças temporárias	1.773	3.198
	2.847	(1.572)
Total dos efeitos no resultado	2.847	(1.572)

d. Incertezas tributárias

A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Companhia nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há incertezas tributárias, conforme IFRIC 23.

27 Lucro por ação

O cálculo do resultado básico/diluído por ação foi baseado no lucro líquido do exercício alocado aos acionistas ordinários, como segue:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	164.496	155.462
Número de ações ordinárias (Nota Explicativa 20)	<u>2.005.715.350</u>	<u>2.005.715.350</u>
Lucro básico por ação (R\$)	<u>0,082</u>	<u>0,078</u>

28 Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, algum julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo, empréstimos e financiamentos. Essas transações são apresentadas no balanço patrimonial, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores justos, conforme segue:

		Valor contábil		Valor justo	
		2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	125.009	104.148	125.009	104.148
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	19.972	12.303	19.972	12.303
Investimentos (nível 2)	Valor Justo por meio do Resultado	<u>11</u>	<u>11</u>	<u>11</u>	<u>11</u>
Total dos ativos financeiros		<u>144.992</u>	<u>116.462</u>	<u>144.992</u>	<u>116.462</u>
Passivos Financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	22.865	12.976	22.865	12.976
Outras contas a pagar	Custo amortizado	161	225	161	225
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	Valor Justo por meio do Resultado	<u>6.288</u>	<u>4.356</u>	<u>6.288</u>	<u>4.356</u>
Total dos passivos financeiros		<u>29.314</u>	<u>17.557</u>	<u>29.314</u>	<u>17.557</u>

Valor contábil versus valor justo

Todas as operações envolvendo ativos e passivos de instrumentos financeiros, que não sejam instrumentos financeiros derivativos, a administração considera o valor justo como equivalente do valor contábil.

Os valores justos dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos são determinados usando técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu próprio julgamento para escolher entre os diversos métodos. As premissas são baseadas nas condições de mercado (Nível II), no final do ano.

b. Gestão de riscos financeiros

(i) Instrumentos financeiros não derivativos

A Companhia está exposta aos seguintes riscos decorrentes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve alteração na política de gestão de riscos financeiros.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas de um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro decorrentes do descumprimento de suas obrigações contratuais.

A Companhia busca minimizar o risco de crédito de seus clientes com base em contratos de longo prazo com preços e prazos de pagamento preparados de comum acordo entre as partes.

Ademais, a empresa tem contatos com outros clientes em potencial que podem comprar sua produção. O mercado de ouro é um mercado de alta liquidez, e a Companhia tem muitas opções para vender sua produção. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 100% das duas últimas vendas em aberto no contas a receber, com vencimento em janeiro de 2022. Atualmente, o prazo de recebimento de seu cliente, COIMPA Industrial Ltda., é como segue:

Prazo de Recebimento – COIMPA

95%	Até 24 horas após recebimento do embarque na planta da COIMPA
5%	Dois dias após obtenção dos resultados das análises conforme previsto em contrato

No que se refere às aplicações financeiras, a Companhia busca aplicar seu caixa na melhor combinação das melhores taxas e em instituições financeiras financeiramente sólidas, reconhecidas por suas classificações de crédito.

Caixa e equivalentes de caixa

Eles são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem classificação entre BBB- e AAA, com base na classificação das principais agências de classificação.

Os valores contábeis dos ativos financeiros abaixo representam a exposição máxima do crédito na data do balanço:

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	125.009	104.148
Contas a receber de clientes	19.972	12.303
Investimentos	11	11
Total	144.992	116.462

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco associado às dificuldades que a Companhia poderá encontrar para cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações em seus vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a operação normal da Companhia.

		Fluxos de caixa contratuais				
	Saldo	Total de Fluxos de Caixa Contratuais (Esperados)	1-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
31 de dezembro de 2021	Contábil					
Passivos financeiros não derivados						
Fornecedores	22.865	22.865	22.865	-	-	
Outras contas a pagar	161	161	161	-	-	
	23.026	23.026	23.026	-	-	

		Fluxos de caixa contratuais				
	Saldo	Total de Fluxos de Caixa Contratuais (Esperados)	1-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
31 de dezembro de 2020	Contábil					
Passivos financeiros não derivados						
Fornecedores	12.976	12.976	12.976	-	-	-
Outras contas a pagar	225	225	225	-	-	-
	13.201	13.201	13.201	-	-	-

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities - afetem os lucros da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para essa finalidade. Todas essas operações são conduzidas dentro das diretrizes estabelecidas pela Administração.

Risco de variação cambial

Como parte de sua atividade a Companhia incorre em riscos cambiais relacionados à venda de seus produtos que são cotados em dólares norte-americanos, no entanto o seu faturamento é feito em moeda nacional.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2021, a empresa possui somente estoque de ouro no montante de R\$ 4.964 que tem sua precificação atrelada ao dólar americano. A administração considera que variações possíveis e prováveis de 10% a 20%, respectivamente na taxa cambial, não representa alterações significativas nos resultados e patrimônio líquido da Companhia.

Risco de taxa de juro

A Companhia possui operações pré e pós-fixadas atreladas à variação do CDI sobre aplicações em compromissadas e CDB de liquidez imediata. A Administração entende que a queda na taxa CDI não apresenta impactos significativos no resultado da Companhia.

A exposição da Empresa ao Risco CDI em 31 de dezembro de 2020 era equivalente a 24% de seu ativo total. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição ao Risco CDI passou a 21%.

(ii) *Mensuração do valor justo*

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que sejam observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivativos de preços); e

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não se baseiem em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

As operações de derivativos têm como objetivo proteger-se contra as variações nos preços das commodities, moedas estrangeiras e taxas de juros. Todos os instrumentos financeiros derivativos foram designados como hedge econômico, ou seja, sem aplicação de hedge contábil. Em 31 de dezembro de 2021, não foram contratadas nenhuma operação de hedge.

Valorização de mercado de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia manteve operações de NDF utilizadas como hedge de risco cambial vinculado ao dólar atrelado ao preço de venda. A metodologia de marcação a mercado envolve parâmetros totalmente verificáveis retirados dos mercados futuros da BM&F.

* * *

Eduardo De Come
Diretor Executivo Financeiro

Wagner Oliveira Pinheiro
Contador CRC RJ 111105/O-5